

MOÇAMBIQUE

2016

Andre ALMEIDA SANTOS / a.almeidasantos@afdb.org

Luca Monge ROFFARELLO / luca.monge.roffarello@undp.org

Manuel FILIPE / manuel.filipe@undp.org





MOÇAMBIQUE

- O crescimento do PIB de Moçambique em 2015 desacelerou para 6.3% devido às menores receitas das exportações e despesa pública, mas deverá expandir-se para 6.5% em 2017.
- No meio das tensões políticas governo-oposição, são necessárias melhorias na gestão financeira e nas despesas públicas para combater as crescentes desigualdades.
- O número de moçambicanos nas cidades aumentará de 31% para 40% em 2040 o que exigirá melhores transportes e instalações.

Visão global

Após uma década de crescimento económico médio anual acima de 7%, Moçambique registou uma desaceleração para 6.3% em 2015, ao mesmo tempo que o país enfrenta desafios económicos e políticos. O crescimento mais lento do Produto Interno Bruto (PIB) deveu-se a um volume de exportações menor do que o previsto e à diminuição da despesa pública e do investimento direto estrangeiro. A redução do influxo de divisas causou uma apreciável desvalorização do metical (MZN) face ao dólar pressionando a balança de pagamentos. Esta situação só foi interrompida na sequência de um acordo de linha de crédito *Stand-by* com o Fundo Monetário Internacional em dezembro de 2015, no montante de 282.9 milhões de USD. O défice orçamental diminuiu de 6.6% em 2014, para 5.4% em 2015. O principal desafio de curto prazo reside na recuperação de um crescimento dinâmico que assegure simultaneamente a sustentabilidade orçamental e da dívida. O crescimento previsto do PIB de 6.5% em 2016 e de 7.6% em 2017 depende da antecipação dos projetos de produção de gás e de carvão, bem como da atração de investimento estrangeiro.

O Governo do Presidente Filipe Nyusi enfrenta muitos desafios. As negociações entre as autoridades e os operadores de gás natural liquefeito (GNL) para novos projetos têm demorado mais tempo do que o esperado. Isto retardou a tomada final de decisões em relação a tais negociações, a qual espera-se que ocorra até final de 2016. A baixa dos preços do petróleo e do gás são outro constrangimento para o desenvolvimento dos projetos. A situação política permanece incerta com o renovado conflito latente entre o Governo e o partido da oposição RENAMO, que se recusa a reconhecer o resultado das eleições presidenciais de 2014. O Governo está a lutar para reembolsar as obrigações emitidas pela Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM), que é uma empresa pública, o que vai exigir algum tipo de reestruturação. Finalmente, a desvalorização da moeda deverá provocar um pico inflacionário afetando as condições de vida da população em geral.

Dados disponíveis revelam o aumento das despesas das famílias desde 2009, mas o *ranking* de Moçambique caiu no Índice de Desenvolvimento Humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas de 2015. Este índice evidencia o aumento das disparidades entre as regiões e salienta o subdesenvolvimento das áreas rurais.

A população urbana está a crescer fortemente, mas ainda representa menos de um terço da população total. O crescimento da população rural em termos absolutos é maior. O desemprego urbano é superior ao registado nas áreas rurais e uma grande parte da população da cidade está abaixo do seu potencial económico. Em geral, as políticas públicas consideram a urbanização como um desafio, ao invés de uma oportunidade, com foco no desenvolvimento rural. Por outro lado, cada vez mais está a ser dada atenção à urbanização estruturada. Os primeiros novos desenvolvimentos da cidade pós-independência estão a ser concebidos e implementados.

Figura 1. Taxa de crescimento Real do PIB

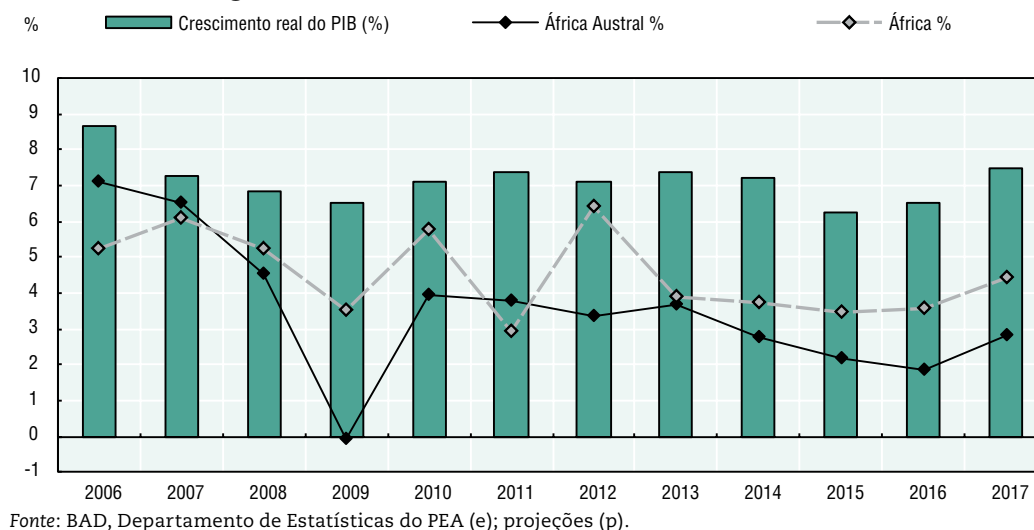


Tabela 1. Indicadores macroeconómicos

	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Crescimento real do PIB	7.2	6.3	6.5	7.5
Crescimento real do PIB per capita	4.4	3.5	3.7	4.7
Inflação medida pelo IPC	2.3	2.0	5.7	5.2
Saldo orçamental, em % do PIB	-6.6	-5.4	-3.7	-2.4
Conta corrente, em % do PIB	-41.6	-44.0	-46.1	-47.9

Fonte: Baseado em dados do Instituto Nacional de Estatística; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Evolução económica recente

Após muitos anos de forte crescimento e estabilidade, Moçambique enfrenta uma incerteza económica e política. A descoberta de recursos naturais tem atraído grandes investimentos ao setor extrativo e as receitas contribuíram para orçamentos expansionistas. Em 2015 o crescimento do PIB registou um robusto 6.3% na sequência de um bom desempenho da agricultura (+5.9%), produção de energia eléctrica (+13.9%) e expansão dos transportes e comunicações (+4.3%). Além da eletricidade, os setores de expansão mais rápida foram as indústrias extrativas (8.8%), as pescas (10.4%) e a construção (7.4%). Apesar da elevada taxa de crescimento, a economia tem vindo a arrefecer desde meados de 2014. O Governo deparou-se com um rápido aumento da dívida e um grande défice orçamental que exigiu cortes da despesa, especialmente no investimento de capital e na massa salarial pública. Esta situação conduziu a uma redução de 1.6% da despesa pública em percentagem do PIB em 2015, o que significou um menor estímulo à economia. A consolidação orçamental deverá continuar em 2016 e 2017 com vista a assegurar a sustentabilidade da dívida.

Moçambique não tem conseguido garantir o investimento previsto para a indústria energética. Após a conclusão da exploração do gás natural não se verificou o desenvolvimento de projetos. As decisões de investimentos finais foram adiadas o que levou à redução ou saída de muitas empresas que se instalaram em Moçambique na esperança de beneficiar da oferta de gás natural liquefeito. Com o setor do carvão também a debater-se com preços baixos e dificuldades de logística de exportação, o investimento direto estrangeiro caiu para níveis pré-2012. O valor dos projetos de investimento autorizados pelo Centro de Promoção de Investimentos de Moçambique caiu 74.5% em 2015 face ao ano anterior, para 1.7 mil milhões de USD.



Em 2015, as atividades terciárias contribuíram para 54% do PIB, o setor secundário para 16%, e o setor primário representou 29 por cento. A agricultura é responsável por um quarto do PIB e um motor do crescimento robusto de Moçambique. No entanto, o setor é dominado por uma agricultura de subsistência de baixa produtividade que necessita de nova tecnologia e investimento. O país ainda importa uma parte significativa dos bens alimentares de que necessita.

Apesar da crescente atividade, as indústrias extrativas representavam apenas 3.9% do PIB com a maior parte do investimento ainda voltado para a exploração. A indústria transformadora é dominada pela fábrica de fundição de alumínio Mozal, enquanto o desempenho do resto do setor foi significativamente inferior ao longo da última década. Para além dos serviços financeiros em expansão, o setor terciário integra um número crescente de microempresas de comércio a retalho com pequenas margens de lucro e reduzidas oportunidades de poupança e de investimento.

Os baixos preços internacionais das matérias-primas provocaram uma diminuição do valor das exportações em 2015, com o gás natural (-19.6%) e o carvão (-23.5%) a registarem as maiores quedas. A ajuda pública ao desenvolvimento (APD) também caiu com alguns parceiros a reduzirem o seu apoio. A ajuda é importante para a educação, saúde e desenvolvimento de infraestruturas. A APD caiu 200 milhões de USD para cerca de 1.2 mil milhões de USD, 9% do PIB, em 2015. A balança de pagamentos sofreu uma redução da liquidez em moeda externa causada pela queda do investimento estrangeiro, redução das exportações e diminuição da ajuda pública ao desenvolvimento. As importações registaram um forte aumento na sequência do crescimento do consumo.

O metical sofreu a terceira maior queda entre as moedas subsarianas em relação ao dólar ao longo de 2015. O Governo recorreu a uma linha de crédito do FMI para aumentar a liquidez em divisas e travar o ciclo de desvalorização. Tal desvalorização promoveu o aumento dos níveis da dívida e do respetivo serviço e acelerou o crescimento da inflação anual de 1.9% em 2014, para 10.5% em 2015. Esta situação deve atingir a população em geral, ao mesmo tempo que a falta de divisas restringe a atividade económica.

Moçambique sofre de muitos dos problemas dos países ricos em recursos, com um modelo de desenvolvimento frágil excessivamente centrado no setor extrativo e em grandes projetos. O país tem um enorme potencial, mas enfrenta desafios consideráveis: a falta de trabalhadores qualificados, um mercado interno limitado, insuficientes infraestruturas, um ambiente de negócios caro, restrita diversificação económica, elevada dependência das importações, aumento dos níveis da dívida, uma base tributária estreita e limitada capacidade de mobilização de recursos internos. Sem o estímulo dos grandes empreendimentos extrativistas que poderiam aumentar o PIB, a economia é menos competitiva do que as da maioria dos seus pares regionais. Além disso, o país enfrenta uma incerteza política resultante da luta entre o Governo e as forças da oposição Renamo que levou à paralisação dos transportes internos causando preocupação internacional. Moçambique precisa de promover um bom ambiente para atrair os investimentos que possam contribuir com experiência e financiamento para superar esses desafios.

Moçambique ocupou a 180ª posição entre 188 países no Índice de Desenvolvimento Humano 2015, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). As desigualdades agravaram-se nos últimos seis anos e os 20% das pessoas com maiores rendimentos gastaram 14 vezes mais do que os 20% mais pobres. Registam-se crescentes disparidades regionais. Estima-se que mais de 50% da população ainda vive com menos de 1 dólar por dia. No entanto, o plano quinquenal do Governo, centrando-se sobre o emprego, a produção e a competitividade, poderá ajudar a melhorar as condições de vida da população. O plano tem em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, colocando pela primeira vez o ambiente, a resiliência e a paz no topo da agenda nacional do desenvolvimento.



As perspetivas de Moçambique continuam a ser positivas, sobretudo se as negociações do Governo com os operadores de gás e carvão permitirem chegar a decisões finais de investimento em projetos de gás natural liquefeito durante 2016 e se registar um aumento das exportações de carvão. Essa situação irá desbloquear o investimento em grandes projetos e infraestruturas que irão conduzir ao crescimento em 2016 e 2017. O principal desafio de curto prazo é manter o crescimento, resistir aos choques sobre a balança de pagamento e assegurar a sustentabilidade orçamental e da dívida. A médio prazo, o Governo tem de implementar um modelo de crescimento inclusivo, diversificar a economia para além dos megaprojetos e recursos naturais e orientar a despesa pública para promover o desenvolvimento humano.

Tabela 2. PIB por Setores (em percentagem do PIB)

	2010	2014
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	29.5	25.5
dos quais pesca	1.9	1.6
Indústria extrativa	1.7	3.9
das quais petróleo
Indústria transformadora	11.3	10.0
Eletricidade, gás e água	3.8	3.9
Construção	2.1	2.3
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos, bens de consumo, hotelaria e restauração	13.6	14.6
dos quais hotelaria e restauração	2.8	2.3
Transportes, armazenagem e comunicações	14.0	13.3
Serviços financeiros, imobiliário e serviços às empresas	9.1	9.2
Administração pública e defesa	5.2	6.1
Outros serviços	9.5	11.3
Produto Interno Bruto a preços básicos/custo dos fatores	100.0	100.0

Fonte: Dados das autoridades nacionais.

Política macroeconómica

Política orçamental

A situação orçamental de Moçambique deteriorou-se de 2012 a 2014, com a escalada das despesas públicas. As receitas generosas provenientes da cobrança do imposto de mais valias dos consórcios do gás e o apoio constante da ajuda pública ao desenvolvimento ajudaram a conter os défices. No entanto, as despesas orçamentais cresceram de 37% do PIB em 2013, para 40% em 2014, de que resultou um défice, incluindo donativos, de 6.6% do PIB. Com a dívida a aumentar rapidamente, em 2015 o Governo adotou uma postura de contração orçamental, reduzindo o défice orçamental estimado, incluindo donativos, para 5.4% do PIB. A consolidação orçamental foi ajudada pela natureza extraordinária das despesas com as eleições do ano anterior e a incorporação parcial da dívida da empresa EMATUM no orçamento como despesa de defesa da segurança marítima. A contenção da expansão da massa salarial pela melhoria da gestão da administração pública e a redução de novas contratações e das despesas de investimento também contribuiu para a consolidação orçamental. A despesa global em 2015 contraiu-se para 38.4% do PIB e as receitas orçamentais não-extraordinárias aumentaram 0.9 pontos percentuais, para 24.6% do PIB, beneficiando de reformas e melhorias na administração fiscal, incluindo alterações na legislação fiscal e um maior esforço de cobrança de impostos. No entanto, este nível de receitas fiscais rivaliza com as economias mais desenvolvidas. A base para uma maior arrecadação de impostos é limitada devido a uma base tributária estreita.



A componente de subsídios de apoio dos doadores ao orçamento manteve-se abaixo de 4.4% do PIB (11.3% do orçamento) valor não registado durante várias décadas. Prevê-se que a ajuda pública ao desenvolvimento caia ainda mais, enquanto as maiores receitas do setor extrativo não se materializarem. Assim, prevê-se a consolidação orçamental a médio prazo, com o objetivo de alcançar pequenos excedentes internos até que o gás natural seja produzido em larga escala. Em 2016, o défice orçamental deverá contrair-se para 3.7% do PIB. As receitas totais deverão aumentar ligeiramente, refletindo impostos sobre o comércio internacional mais elevados e os royalties do gás. Mas as despesas de investimento deverão cair para 14.3% do PIB, sem restringir os gastos com programas sociais críticos. A massa salarial será contida em 11.3% do PIB, diminuindo as novas contratações e seguindo um acompanhamento mais rigoroso dos salários. Para a realização deste objetivo do défice é crucial a reestruturação das obrigações da EMATUM. O serviço da dívida das obrigações só em 2016 deverá ascender a 1.1% do PIB. Além disso, com a atual falta de liquidez interna e o limitado estímulo à economia, o Governo tem de estar atento e limitar o financiamento interno e os atrasados às empresas privadas.

Tabela 3. Finanças públicas (em percentagem do PIB)

	2007	2012	2013	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Receitas totais (inclui donativos)	21.6	27.8	31.4	33.3	32.9	33.5	33.7
Receitas fiscais	12.0	19.5	22.3	25.1	24.6	25.9	26.5
Receitas do petróleo	8.0	5.1	5.2	4.3	4.4	3.7	3.2
Despesas totais e empréstimos líquidos (a)	24.1	32.9	37.0	40.0	38.4	37.3	36.1
Despesas correntes	13.2	19.3	19.8	22.5	22.6	21.7	20.6
sem juros	12.6	18.4	19.0	21.5	21.4	20.3	19.3
Ordenados e salários	6.6	9.6	10.3	11.3	11.6	11.3	11.1
Juros	0.5	1.0	0.8	1.0	1.1	1.5	1.3
Despesas de Investimento	10.0	12.3	15.1	14.6	14.8	14.3	13.8
Saldo primário	-2.0	-4.1	-4.8	-5.7	-4.3	-2.2	-1.1
Saldo global	-2.5	-5.1	-5.7	-6.6	-5.4	-3.7	-2.4

Nota : .a. Somente os principais itens de receitas e de despesas são detalhados.

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) baseado em cálculos do BAD.

Política monetária

As pressões sobre a balança de pagamentos conduziram a uma grande depreciação do metical. Ao longo do ano, o valor de mercado da moeda caiu 64.5% em relação ao dólar e 28% relativamente ao rand sul-africano. Com a desvalorização, a inflação anual subiu de 1.9% para 10.5%. O Banco de Moçambique utilizou reservas internacionais no mercado aberto para manter o valor da moeda. A queda do investimento direto estrangeiro e da ajuda pública ao desenvolvimento agravou a escassez de divisas. Até ao final de 2015, as reservas caíram 33% para menos de três meses de importações. O ciclo de desvalorização só foi interrompido com um acordo de 18 meses ao abrigo da Linha de Crédito *Stand-by* com o FMI, no montante de 282.9 milhões de USD, alcançado em dezembro de 2015. O acordo, que é cumulativo com o Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI) do FMI, incluiu um novo pacote de políticas orçamentais e monetárias restritivas.

O abrandamento monetário iniciado em 2013 para estimular o crescimento do crédito às pequenas e médias empresas, e mantido em 2015, estimulou a procura interna.

O crédito à economia – empresas e consumo privado – expandiu-se. No entanto, as taxas de empréstimo ao setor privado permaneceram dinâmicas. A taxa média de empréstimo, a um ano, manteve-se acima de 19% durante os últimos cinco anos, sinalizando um mercado financeiro débil. Durante o último trimestre de 2015, o banco central inverteu a sua política monetária com a subida das taxas em toda a linha. As taxas de empréstimo e de depósito aumentaram de 7.5% para 9.75%, e de 1.5% para 3.75%, respetivamente. O coeficiente de reservas obrigatórias foi revisto de



8% para 10.5%. Como resultado, o crédito à economia diminuiu de 28% em 2014, para 23% em 2015. A redução da liquidez destina-se a arrefecer a procura e as importações. A depreciação do metical provocou um aumento geral dos preços, com os preços administrados também revistos em alta. Os preços do pão aumentaram entre 25% e 50% em outubro. No mês seguinte, os preços da eletricidade aumentaram em média cerca de 20%. Espera-se que a inflação média ultrapasse a meta do banco central de 5% a 6% em 2016, já que a desvalorização se propaga progressivamente ao longo das cadeias de valor. Além disso espera-se uma contração monetária em 2016, com o aumento da inflação e o esforço para encontrar divisas. Prevê-se que as empresas moçambicanas assistam à deterioração da atividade económica e à desvalorização adicional do metical.

Cooperação económica, integração regional e comércio

A redução do investimento direto estrangeiro e a fraca procura mundial de matérias-primas marcou a posição externa de Moçambique em 2015. As exportações e os fluxos de investimento caíram para os níveis anteriores a 2012, com impacto na conta corrente e na balança de pagamentos. O investimento tem vindo a cair após um pico em 2013 e registou uma queda de 24.5% de 2014 para 2015, para 3.7 mil milhões de USD. A ajuda pública ao desenvolvimento caiu para 1.2 mil milhões de USD (9% do PIB).

A fraca procura por exportações de matérias-primas, bem como os atrasos na produção de uma infraestrutura de exportação de carvão, resultou numa redução de 14% das exportações comparativamente aos níveis de 2014, com decréscimos registados em toda a linha. O alumínio caiu 13.7%, o carvão 23.5%, a eletricidade 4.7% e o gás 19.6%, que no conjunto representam 56% das exportações totais. O caju (+4.1%) e o tabaco (+0.5%) foram exceções. Os novos projetos também impulsionaram as exportações de açúcar em 68.8%. Em 2015, a China, parceiro comercial chave, foi responsável pela diminuição das exportações de Moçambique em 73.7%, que por sua vez importou mais 3.7% a partir da mesma fonte. A expansão da dependência das importações é um grande desafio.

O défice comercial, impulsionado pelo aumento do consumo, tem-se expandido desde 2013 e superou 4.1 mil milhões de USD em 2015. No futuro, uma menor despesa pública e o baixo valor do metical poderão ajudar a controlar as importações. Um aumento esperado das importações para os grandes projetos de gás natural liquefeito, financiados pelo investimento estrangeiro, vai aumentar o défice em conta corrente para 46.1% do PIB em 2016 e 47.9% em 2017. No entanto, o aumento e a diversificação do comércio permanecem prioritários para o país.

Moçambique registou grandes progressos de 2014 a 2015 no índice de competitividade global (ICG) do Fórum Económico Mundial, por exemplo no *ranking* de prevalência de barreiras comerciais, passou do 91º para o 56º lugar entre 144 países, apesar de ter perdido uma posição no indicador de tarifas comerciais, classificando-se no 89º lugar entre 144 países. Moçambique é membro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e ratificou todos os seus acordos, inclusive uma zona de livre comércio, de livre circulação de pessoas e a dispensa de vistos para os cidadãos da SADC.

Tabela 4. Conta corrente (em percentagem do PIB)

	2007	2012	2013	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Balança comercial	-5.6	-26.5	-25.6	-29.8	-31.0	-30.4	-28.4
Exportações de bens (f.o.b.)	26.7	25.3	24.3	24.1	24.1	26.6	31.5
Importações de bens (f.o.b.)	32.2	51.8	49.9	53.9	55.1	57.0	59.9
Serviços	-3.5	-21.4	-16.5	-18.7	-17.2	-19.7	-22.2
Rendimento dos fatores	-7.3	-0.1	-0.4	-1.2	-1.5	-2.7	-4.9
Transferências correntes	6.4	5.4	8.9	8.1	5.7	6.8	7.6
Saldo da Conta Corrente	-10.0	-42.6	-33.6	-41.6	-44.0	-46.1	-47.9

Fonte: Dado das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) baseado em cálculos do BAD.



Política da dívida

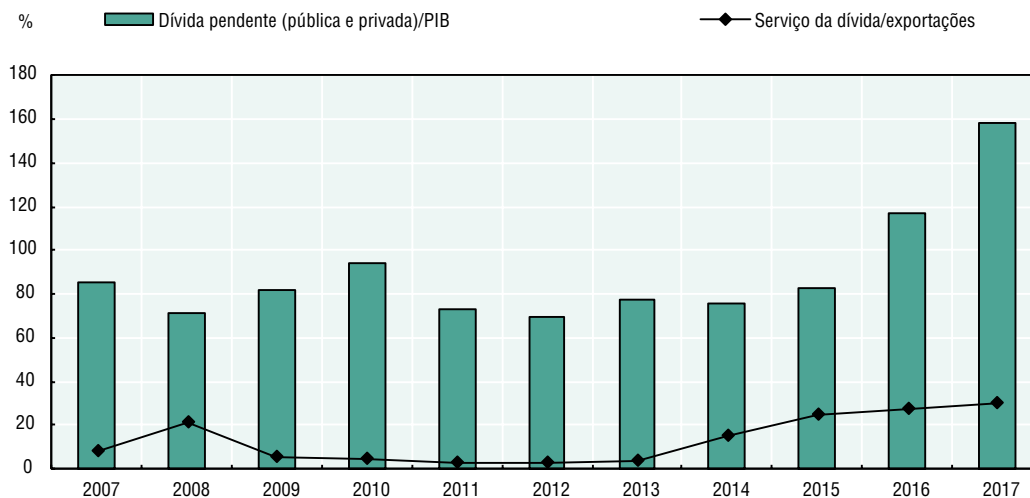
Moçambique apresenta um nível de sobre-endividamento moderado, próximo do nível de dificuldade alta superior, de acordo com uma análise da sustentabilidade da dívida do FMI/ Banco Mundial divulgada em dezembro de 2015. A sustentabilidade implica a continuação dos esforços de consolidação orçamental com limitação de nova dívida, a estabilização do metical e o início de projetos de gás natural liquefeito de modo a aumentar o PIB e as receitas fiscais.

A dívida pública total subiu de 39.6% do PIB em 2011, para 73.4% em 2015. O serviço público da dívida sobre as exportações subiu de 2.7% em 2013, para 8.2% em 2015, e com uma percentagem das receitas de 3.1% para 9.1%. Em 2015, a situação do país foi revista em baixa pela agência de classificação do crédito *Fitch* (de B + para B), pela *Moody*, outra agência de crédito, de B2 para B1 e pela *Standard and Poors* de B para B-, os dois últimos com uma perspectivas negativas.

Existem ainda outros riscos resultantes da garantia dada pelo Governo às obrigações da empresa EMATUM, no montante de 850 milhões de USD. Apesar da transferência de 500 milhões de USD para o orçamento do Estado como despesas de defesa, com a empresa a registar prejuízos anuais o reembolso das obrigações recai totalmente sobre o Governo pressionando fortemente o equilíbrio orçamental. Devido às reservas limitadas do Governo, a prestação de 2015 no montante de 105 milhões de USD foi paga com recurso às reservas em moeda externa do Banco Central. Os próximos pagamentos representam uma percentagem relativamente elevada do PIB (mais de 1.1% em 2016 e 1% em 2017). Algum tipo de reestruturação é esperado de modo a distribuir os reembolsos a longo prazo na esperança de que as receitas previstas no âmbito dos projetos de gás natural liquefeito ajudem.

O Governo está a limitar novos empréstimos e o início de novos projetos energéticos deve aumentar o PIB e conduzir a dívida pública para menos de 30% do PIB na próxima década. No entanto, espera-se que a dívida privada supere a dívida pública. O financiamento privado externo será impulsionado por grandes investimentos em projetos de gás natural liquefeito. O financiamento privado interno está a aumentar progressivamente, em parte direcionado para o consumo e para imobiliário. A maior parte está a ser contratado em dólares norte-americanos, levantando preocupações de sustentabilidade devido à debilidade do metical.

Figura 2. Estoque total de débito (percentagem do PIB) e serviço da dívida
(percentagem de exportações de bens e serviços)



Fonte: FMI (WEO & Artigo IV).



Governança económica e política

Setor privado

O setor privado de Moçambique está ainda em fase de desenvolvimento. A atividade económica informal é dominante, representando cerca de 65% do PIB. As oportunidades de emprego formais são restritas, representando cerca de 32% de todo o emprego, principalmente na administração pública e nas micro, pequenas e médias empresas. Estudos mostram que os empreendedores individuais representam 93% de todas as empresas, ao passo que as microempresas (1-4 empregados) representam 6.6% e as pequenas empresas (5-49 empregados) são 0.7%. Apenas 0.02% das empresas são de tamanho médio, empregando entre 50 e 100 trabalhadores. O país caiu cinco lugares no Relatório *Doing Business* 2016, do Banco Mundial, ocupando o 133º lugar entre 189 países, abaixo da média da África Austral. No Índice de Competitividade Global 2015-16 do Fórum Económico Mundial, Moçambique manteve a 133ª posição, com necessidade de amplos esforços, em especial para reduzir a burocracia, que é significativa para as empresas, e para melhorar o acesso ao financiamento. Regista-se uma redução relativa da corrupção a que, juntamente com do crime e do roubo, bem como uma melhoria de infraestruturas, as quais o relatório *Doing Business* faz referência.

A redução da tendência de corrupção foi também observada no *ranking* de Moçambique no Índice de Liberdade Económica, da Fundação Heritage, apesar da queda global de 14 lugares para a 139ª posição entre 178 países. Numa altura em que a atração do investimento estrangeiro é crucial, as tendências destacadas foram a diminuição da liberdade de negócios (-4.3 pontos) e da liberdade de investimento (-5 pontos). Apesar de um impulso reformista, os estudos mostram que as empresas que fazem investimentos ainda enfrentam barreiras extrajudiciais que afetam a competitividade e impedem o investimento. O regime jurídico da contratação do trabalho de estrangeiros é um dos mais destacados. Há uma necessidade urgente de mudança para melhor responder às necessidades de competências do país. O acesso à terra, eletricidade e financiamento, destacam-se como as principais barreiras para os negócios. Espera-se a aprovação em 2015 de um quadro regulamentar para registos de serviço de crédito privado no sentido de facilitar o acesso ao crédito. O Governo também aprovou uma legislação com vista a reformar as empresas públicas, com o objetivo de racionalizar as operações públicas, promover a governação, aumentar a transparência e reduzir os riscos fiscais. Prevê-se o aumento das privatizações e o encerramento de empresas públicas em consequência do aumento da concorrência.

Setor financeiro

Moçambique ganhou seis lugares no índice Microscópio 2015 da *Economist Intelligence Unit* sobre inclusão financeira, com uma pontuação de 50 em 100 e a 23ª posição entre 55 países em desenvolvimento. De acordo com estudos recentes, cerca de 60% dos moçambicanos são financeiramente excluídos, 16% utilizam serviços financeiros informais e 20% utilizam o sistema bancário formal. Esta situação limita a capacidade do setor para mobilizar recursos. O setor financeiro é pouco desenvolvido e ainda dominado pelo sistema bancário. Os mercados de capitais e financeiros são frágeis e estão concentrados em Maputo. O setor bancário continua altamente concentrado em níveis superiores do mercado, embora haja uma cobertura geográfica cada vez maior. Existem 19 bancos registados, dominados por instituições estrangeiras, representando 95% do total dos ativos do sistema financeiro. Os três maiores bancos detêm mais de 85% do total dos ativos. O setor tem atraído investidores estrangeiros com o *Nedbank*, *Ecobank*, *Credit Suisse* e Banco BIG a entrar no mercado em 2015.

Em 2014, os ativos dos bancos atingiram 54.5% do PIB. Os ativos líquidos combinados dos seis maiores bancos que operam em Moçambique aumentaram 22% ano após ano.

A rentabilidade média do património líquido é de 20%, embora superior para os três principais bancos. O crédito vencido aumentou 75% a partir de 2013, passando de 2.19% para 3.03%. Os



empréstimos em moeda local aumentaram, respondendo por 75% da carteira de crédito total no período, contra 73% em 2013.

Moçambique obteve uma baixa classificação no Índice de Competitividade Global 2015-16 do Fórum Económico Mundial, para o item desenvolvimento do mercado financeiro devido à baixa disponibilidade de serviços financeiros, à acessibilidade dos serviços financeiros, ao financiamento de capital local e à disponibilidade de capital de risco. Apenas quatro empresas estão cotadas na bolsa de valores. A totalidade dos títulos cotados representavam apenas 7.2% do PIB em 2014. O mercado de dívida é dominado por emissões soberanas. A emissão de obrigações pelas empresas é de pequena escala e principalmente limitada a instituições financeiras e a empresas de telecomunicações. A base de investidores em títulos governamentais e não-governamentais é amplamente dominada por bancos comerciais, apesar de algumas companhias de seguros e instituições de gestão de investimentos também estarem ativas. O setor financeiro não bancário compreende duas empresas de *leasing*, e uma de *factoring*.

Gestão do setor público, instituições e reformas

A redução do orçamento para 2016 juntamente com a introdução de procedimentos rigorosos para avaliar o investimento público superior a 50 milhões de USD terão um impacto significativo sobre o nível de investimento público inicialmente previsto para 2016 e, até certo ponto, sobre o funcionamento da administração pública. O Governo concordou em reduzir ainda mais a massa salarial em 0.2% do PIB em 2016 – que atingiu 11% do PIB em 2014, de acordo com o Banco Mundial –, o que deve ser feito por meio da diminuição da contratação em setores não prioritários e da introdução de controlos mais rígidos sobre os salários. Como ponto positivo para o Governo moçambicano, é de referir que a despesa em setores prioritários como a saúde e a educação continua a aumentar. A proporção do orçamento global para a saúde aumentou de 7.8% em 2014, para 9% em 2015, e para a educação de 15.4% para 18,6%. No primeiro semestre de 2015, o Governo contratou 1 963 profissionais de saúde com vista a melhorar os partos assistidos para 65% do total de nascimentos. A execução orçamental nestes setores foi igualmente elevada (acima de 90% em 2015), mas a prestação de serviços ficou aquém das expectativas. Desde a adoção em 2002 de um quadro legal abrangente de gestão financeira pública, Moçambique tem feito grandes progressos para alinhar a gestão fiscal com as boas práticas internacionais, conforme definido pelo Código de Transparência Fiscal do FMI. No entanto a pontuação de Moçambique no Índice do Orçamento Aberto da Parceria Internacional para o Orçamento 2015 é mínima e o Índice de Perceção da Corrupção, da Transparência Internacional, para 2014 classifica Moçambique na 119ª posição entre 175 países. De acordo com o FMI, em 2015 existiam também cerca de 156 empresas públicas e de capitais públicos, cujo valor patrimonial líquido permanece em grande parte desconhecido, com uma supervisão muito limitada exercida pelo Estado, especialmente em relação a riscos financeiros. O Governo pretende continuar a implementar as reformas da administração pública, incluindo o aumento da descentralização de recursos públicos em linha com o Plano Nacional de Descentralização de 2014. Hoje a maior parte da muito limitada afetação de recursos do orçamento do Estado a nível local (menos de 30%) é apenas para pagar salários. De acordo com o Banco Mundial, em 2015, “o setor energético é pouco desenvolvido, com as principais ineficiências registadas tanto na produção como na distribuição, pelo que necessita de grandes reformas”. A eliminação dos subsídios aos combustíveis pode libertar recursos importantes para este fim.

Gestão de recursos naturais e ambiente

O bem-estar da população moçambicana, o crescimento económico e a concretização do desenvolvimento bem como as metas de redução da pobreza dependem da utilização sustentável dos recursos naturais e da proteção do ambiente. Mais de 82% dos postos de trabalho em todo o país dependem dos recursos naturais e estima-se que o capital natural contribua para até 50% do PIB. O país também é ricamente dotado de uma grande variedade de recursos minerais. A gestão inclusiva, sustentável e transparente dos recursos naturais é um dos desafios mais críticos



enfrentados por Moçambique. Além disso Moçambique também é propenso a desastres naturais e ocupa a terceira posição entre os países africanos mais afetados por riscos relacionados com o clima. No início de 2015, mais de 140 000 pessoas foram atingidas por inundações, cerca de 44 000 pessoas foram deslocadas e mais de 130 pessoas mortas apenas numa província. O acesso precário a água potável e ao saneamento básico conduz ao risco de diarreia e cólera para a população. As inundações também destruíram infraestruturas essenciais. Antecipa-se uma perda económica de cerca de 17% do PIB devido à degradação ambiental e ao uso ineficiente de recursos naturais, ao passo que seria necessário investir apenas 9% do PIB para prevenir essas perdas. No entanto, no período 2007-14 apenas o equivalente a 1.4%, em média, do PIB foi gasto com o meio ambiente. As taxas e impostos ambientais ascenderam a 31.6 milhões de USD em 2014. Cerca de 43% resultou do imposto sobre combustíveis que deu o maior contributo. O imposto sobre o rendimento do petróleo gerou 20% e outros encargos e taxas contribuíram com o restante. Contudo, existem desafios significativos com a cobrança de receitas, monitorização e fiscalização o que contribui para a minar o volume das receitas. O Relatório Nacional de Progresso do Programa-Quadro de Ação de Hyogo reconhece que Moçambique tem feito progressos significativos na redução dos acidentes decorrentes das inundações e das secas e dos consequentes danos. No entanto, também reconhece que ainda há muito a fazer no âmbito de grandes e pequenos projetos mineiros, especialmente em relação aos reassentamentos humanos, à contaminação ambiental e aos desastres provocados pelo homem.

O Governo reconhece a necessidade de “assegurar uma gestão sustentável e transparente do ambiente e dos recursos naturais” como a quinta área prioritária no plano quinquenal para 2015-19 e diversos instrumentos setoriais estão a ser progressivamente alinhados. As autoridades subscreveram a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (EITI) e estão a reforçar o quadro jurídico para o setor dos recursos naturais.

Contexto político

Após as eleições gerais no final de 2014, a estabilidade política permanece frágil em Moçambique. O diálogo político a alto nível iniciado entre o Governo e o partido da oposição Renamo no início do ano parecia promissor, mas novas tensões políticas, violência e pequenos incidentes emergiram por todo o país. Um dos incidentes envolveu um ataque militar contra um comboio que transportava o líder da Renamo, que despertou suspeitas de uma tentativa de assassinato contra o presidente da Renamo. A especulação foi agravada quando uma força militar fortemente armada cercou a casa do líder da Renamo e desarmou os seus guardas. O líder da Renamo tem estado escondido desde então, apenas comunicando por telefone para combater o discurso presidencial sobre o estado do país. Esta situação provocou incertezas relativamente ao clima político do país. O diálogo duradouro entre os dois principais partidos políticos não conseguiu chegar a um consenso sobre questões importantes, tais como o desarmamento das forças armadas residuais da Renamo vindas da guerra civil; os poderes do Estado; a resolução da reivindicação de fraude nas eleições de outubro de 2014, na sequência das quais a Frelimo e o seu candidato presidencial foram declarados vencedores. A oposição diz que houve fraude e que a governação do país, especialmente a nível provincial, deve ser partilhada. O Governo da Frelimo não tem a intenção de partilhar o poder e em vez disso quer ver a Renamo desarmada. Por sua vez, a Renamo não concorda em desarmar-se a menos que todas as divergências com o Governo sejam resolvidas.

Contexto social e desenvolvimento humano

Valorização dos recursos humanos

Moçambique continua a enfrentar importantes desafios no que se refere aos recursos humanos, especialmente em relação aos elevados níveis de pobreza (54% da população) e de



desemprego (22%). A descoberta de recursos naturais e os enormes fluxos de investimento direto estrangeiro conduziram a expectativas de que esses e outros desafios de desenvolvimento poderiam ser rapidamente resolvidos. No entanto, existem condições prévias importantes que precisam ser resolvidas em primeiro lugar, tais como a melhoria da saúde infantil e materna (desnutrição crónica ainda afeta 43% das crianças); a qualidade da educação; a disponibilidade de formação profissional e técnica e a garantia que os jovens adquiram as competências adequadas à sua integração no mercado de trabalho. Na agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), Moçambique tem feito progressos significativos na educação e na saúde das crianças. O país atingiu a meta dos ODM para a taxa líquida de matrículas no ensino primário que, de acordo com o Ministério da Educação, já estava em mais de 96%, em 2014. As taxas de mortalidade foram reduzidas para 64 por 1 000 nados-vivos em 2015, que compara com o objetivo dos ODM de 67 por 1.000. Para menores de cinco anos a mortalidade infantil era de 97 por 1 000 nascimentos, abaixo da meta de 108. A taxa de mortalidade materna de 408 por 100 000 nados-vivos continua a ser uma grande fonte de preocupação. A taxa nacional de HIV continua a ser elevada, mas estabilizada em 11.5% da população. A desnutrição crónica é uma questão fundamental que afeta a saúde e a educação. A incapacidade de os jovens moçambicanos tirarem proveito dos postos de trabalho criados pelo investimento estrangeiro está ligada à inadequação entre a oferta e a procura no mercado de trabalho, ou seja, uma população de baixa qualificação trabalhando essencialmente no domínio da agricultura, em contraste com um mercado de trabalho em mudança que exige competências específicas para as indústrias extrativas e setores agroindustriais. Isto requer uma melhor formação profissional e a promoção de competências empregáveis para a juventude. A descoberta de recursos naturais está a atrair grandes investimentos e a exigir uma força de trabalho qualificada. No entanto, a maioria dos diplomados do sistema de educação moçambicano não possuem necessariamente as competências necessárias. Como o investimento é de capital intensivo, estão a ser criados relativamente poucos empregos. Moçambique tem vindo a implementar para melhorar a empregabilidade dos jovens através de uma mudança na educação, quem tem se tornado mais orientada para o mercado. Novas escolas técnicas e de ensino à distância estão a ser criadas.

Redução da pobreza, proteção social e trabalho

O forte crescimento económico baseado no investimento estrangeiro intensivo em capital e pouco ligado ao resto da economia (especialmente o setor agrícola) não tem sido inclusivo até agora. A pobreza, a desigualdade e a vulnerabilidade permanecem teimosamente elevadas. Cerca de 55% dos moçambicanos ainda vivem abaixo da linha de pobreza de consumo de 0.6 USD por dia, 60% vivem com menos de 1 dólar por dia e 82% com menos de 2 dólares por dia. De acordo com dados nacionais, a desigualdade duplicou em seis anos e os 20% com maiores rendimentos (em grande parte residentes na zona urbana de Maputo e respetiva província) gastam 14 vezes mais do que os 20% mais pobres. O Índice de Desenvolvimento Humano 2015 do PNUD classificou Moçambique na 180ª posição entre 188 países, destacando o aumento das disparidades entre as regiões. Cerca de 30% dos moçambicanos são considerados não-privados em saúde, educação, nível de vida e acesso a bens básicos, e mais de 15% estão perto de cair em estado de privação. A vulnerabilidade aumentou com a moeda nacional a cair fortemente em relação ao dólar em 2015. Como país importador líquido, incluindo alimentos e combustível, os moçambicanos estão cada vez mais preocupados com a inflação. Houve agitação social e tumultos nas principais áreas urbanas em 2008 e 2010, desencadeados pelo aumento acentuado no preço do pão e dos transportes. O plano quinquenal do Governo para 2015-19, com o seu foco sobre o emprego, a produção e a competitividade está a elevar as expectativas de que as condições de vida vão melhorar com uma melhor paz e segurança.

A proteção social também se tornou um elemento central no debate político. Como o mercado de trabalho em Moçambique oferece oportunidades limitadas e a maioria das famílias depende da agricultura de subsistência e da economia informal, a proteção social pode reduzir as



desigualdades, contribuir para a redução da pobreza, o crescimento económico e a recuperação de crises. A Estratégia Nacional para a Proteção Social Básica (ENPSB) 2015-19 está definida para orientar as intervenções em matéria de proteção social básica, nível de cobertura e modo de pagamento. Mantendo-se baixo para os padrões internacionais, em 2015, o montante atribuído ao programa de proteção social aumentou de 1.11% do orçamento do Estado e 0.5% do PIB em 2014 para, respetivamente, 1.54% e 0.58%. O montante atribuído à proteção social está previsto para cerca de 1% do PIB até ao final de 2019. Os programas de proteção social abrangeram 535 000 famílias em 2015 (contra 427 000 em 2014). O valor dos pagamentos também aumentou. No entanto, apesar do progresso registado, o valor-limite para os beneficiários que deverá ser atingido em 2015 representa apenas 17% das famílias em situação de pobreza.

Igualdade de género

O enquadramento jurídico do género em Moçambique está enraizado na constituição do país, que concede direitos iguais para homens e mulheres. Isto permitiu a definição de um enquadramento jurídico relativamente sólido e de políticas que nos últimos anos têm resultado em avanços no equilíbrio de género e no empoderamento das mulheres. O novo plano de cinco anos incorpora ações prioritárias para combater a discriminação, a exclusão com base no sexo e promover a igualdade de género na vida económica, social, política e desenvolvimento cultural. Por exemplo, a proporção de raparigas relativamente aos rapazes nas escolas primárias aumentou para 0.91 em 2014, as mulheres ocupam 100 dos 250 assentos no parlamento, contra 96 em 2009. Quatro dos 11 governadores provinciais eram mulheres em 2014, comparado com duas em 2009. Não obstante estes avanços, os desafios permanecem. Cerca de 58% das mulheres vivem na pobreza comparativamente a 54% dos homens e 64% das mulheres são analfabetas em comparação com 34% dos homens. O analfabetismo das mulheres é maior nas zonas rurais, onde chega a 40%. A taxa de infeção por HIV/SIDA é de 13.1% entre as mulheres, contra 9.2% entre os homens. Um terço das raparigas moçambicanas e mulheres jovens tinham sido vítimas de violência física após os 15 anos de idade.

Secção temática: Cidades sustentáveis e transformação estrutural

Moçambique é um país rural, com apenas 31.9% da população a residir em áreas urbanas. Dos quase 26 milhões de habitantes, 8.2 milhões vivem em áreas urbanas. A população urbana está a crescer 3.3% ao ano, enquanto a média global do país é de 2.5%.

Prevê-se que em 2040 cerca de 40% da população viverá nas cidades. A primeira onda de urbanização surgiu com a guerra civil de 1977-92. Cerca de quatro milhões de pessoas foram deslocadas por razões de segurança, tendo aumentado a população urbana de 10% no momento da independência em 1975, para 26% no final do conflito. O ajustamento estrutural económico do Governo apesar de apoiar a urbanização, conduziu igualmente ao regresso de muitas pessoas às áreas rurais. Perderam-se serviços urbanos e empregos na indústria, mas o investimento em matérias-primas cresceu, levando a um rápido crescimento do PIB. A atual contribuição das áreas urbanas para a economia global é incerta, embora com uma grande parte do PIB proveniente de projetos de agricultura e recursos naturais, uma estimativa aproximada coloca as áreas urbanas com uma contribuição direta para o PIB da ordem de 40%, principalmente dos setores financeiro, administração pública, comércio a retalho e construção. As zonas rurais não produzem alimentos suficientes para alimentar o país. Sendo assim, é necessária a importação em larga escala de arroz, trigo, frutas e legumes para abastecer as principais cidades.

A procura de emprego é um dos principais impulsionadores da urbanização, com mais jovens a procurar emprego fora da agricultura, bem como com o acesso a serviços públicos, na sua maioria disponíveis em áreas urbanas. Em certos casos, a segurança é ainda um fator importante. Porém, dois outros fatores estão a tornar-se mais importantes e estão bem posicionados para acelerar o crescimento urbano. Os eventos relacionados com o clima levaram ao aumento das



secas e à baixa produtividade agrícola. Os assentamentos rurais não estruturados e a habitação de má qualidade aumentam a vulnerabilidade a inundações e furacões. Em segundo lugar, há uma crescente escassez de terras. Embora a densidade populacional seja baixa, as terras livres disponíveis para a agricultura são limitadas. Como as pessoas recebem terras principalmente por meio de direitos de nascimento e o número de pessoas nas áreas rurais ainda está a crescer, a quantidade de terra disponível está a diminuir. O crescimento de projetos agrícolas em larga escala irá agravar o problema.

Em geral, o Governo considera a urbanização um desafio. As estratégias de desenvolvimento ainda se concentram no desenvolvimento rural, onde a pobreza é mais prevacente. Há um reconhecimento lento da necessidade de abordar a urbanização. O Inquérito aos Agregados Familiares 2009-15 indicou que as despesas das famílias urbanas aumentaram significativamente mais do que as das famílias rurais. O aumento da despesa nacional per capita em termos reais foi de 39.8%, repartido em 49.3% para as famílias urbanas e 26.7% para as famílias rurais. A pobreza urbana e o desemprego são mais complexos. Há mais desemprego em áreas urbanas, onde cerca de 50% da população (homens e mulheres) é considerada desempregada. No entanto, há muito mais diversidade de emprego nas zonas urbanas.

Os assentamentos humanos informais e os transportes urbanos estão a tornar-se temas centrais de debate. Com a rápida densificação dos assentamentos urbanos, os transportes de/para o local de trabalho absorvem até 40% dos rendimentos dos mais pobres. Estima-se que entre 70% a 80% das pessoas em áreas urbanas residem em assentamentos informais. Há questões de acesso aos serviços básicos e segurança de posse de terra. Em Moçambique, a posse da terra é alcançada por meio de direitos de superfície temporária de longo prazo, conhecidos como DUATS, mas o acesso a esses direitos para os indivíduos e promotores imobiliários revela-se complexo, resultando numa segurança limitada da posse de terra. Não são muitas as famílias que têm direitos de registo e desenvolvimento de terras próprias e as autoridades municipais enfrentam dificuldades em resolver este problema. A clarificação da posse da terra também permite aos governos locais cobrar taxas e impostos que podem ser usados para melhorar a cidade e a prestação de serviços públicos, como a recolha de lixo. Além disso, o sistema DUAT é de uso limitado para o desenvolvimento habitacional do tipo hipotecário. Ora isso coloca de fora os promotores privados do objetivo de complementar os esforços públicos na construção de infraestruturas para empreendimentos habitacionais sustentáveis.

Os principais centros urbanos de Moçambique com origem na época pré-independência, situam-se ao longo dos rios ou junto à costa. O país tem vários portos que alimentam corredores económicos que ligam o interior e os países sem acesso ao mar. O desenvolvimento urbano está estruturado ao longo desses corredores. A capital de Moçambique, Maputo (com cerca de um milhão de habitantes), e a sua cidade satélite da Matola (mais de um milhão de habitantes) e seus arredores, em conjunto formam a região metropolitana de Maputo (Grande Maputo), que tem cerca de três milhões de habitantes. Além das outras duas cidades de porte médio, a Beira (centro) e Nampula (norte), que entre elas respondem por cerca de um milhão de habitantes, a maioria das outras cidades têm entre 30 000 e 200 000 habitantes. As cidades mais pequenas nos corredores económicos estão a crescer rapidamente dado que estas são cidades de mercado que lucram com as conexões rural-urbanas. Quando a urbanização aumenta, a agricultura deve melhorar e as colheitas têm que aumentar para alimentar a população urbana. O futuro de muitos assentamentos urbanos moçambicanos, o nível de vulnerabilidade e possibilidades de crescimento económico, devem ser determinados no início do seu desenvolvimento. O centro de Maputo tem uma rede de ruas que permitiu à cidade crescer economicamente. Mesmo que os atuais altos desenvolvimentos não estivessem previstos nos projetos originais da cidade, eles não teriam sido possíveis sem o elevado número de ruas construídas.

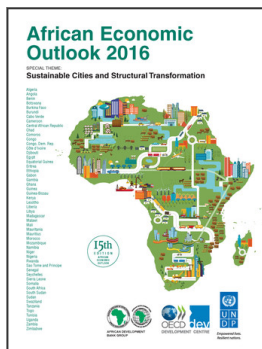
Os dois primeiros novos desenvolvimentos urbanos significativos serão Katembe e a Grande Nacala. Katembe é agora um território escassamente povoado ao longo do rio de Maputo e só



acessível através de uma ligação de *ferry* limitada à capital. Está prevista a construção de uma nova ponte que ligará Maputo à Katembe para acionar o rápido desenvolvimento de toda a região sul que vai lucrar com o primeiro plano de desenvolvimento urbano após a independência do país em 1975. O desenvolvimento urbano da Grande Nacala vai transformar a cidade de Nacala existente, incluindo um aeroporto e interfaces relacionados com a expansão do seu porto, o maior porto natural de águas profundas da África Oriental.

O Plano Quinquenal do Governo de Moçambique 2015-19 tem várias prioridades, objetivos estratégicos e metas diretamente relacionados com a urbanização e o ordenamento do território. A prioridade II centra-se no desenvolvimento do Capital Humano e Social, com os objetivos estratégicos de aumentar o acesso ao abastecimento de água, saneamento, transportes, comunicações e habitação. A prioridade V prevê assegurar uma gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do meio ambiente, com o objetivo de melhorar o planeamento. Moçambique não tem uma estratégia de urbanização específica, apesar de existir uma política habitacional a partir de 2011, focada na promoção da habitação em áreas rurais e especialmente em áreas urbanas que enfrentam um rápido crescimento populacional. Além disso, promove o projeto de ordenamento do território e urbanização.

Além dos desafios colocados, há muitas oportunidades a serem exploradas de modo a que Moçambique possa beneficiar dos dividendos da sua urbanização, em particular para o desenvolvimento económico e social sustentável. Em geral, os países que têm níveis semelhantes de urbanização, têm um PIB per capita mais alto, o que sinaliza uma grande oportunidade para melhorar o contributo urbano para o desenvolvimento.



From:
African Economic Outlook 2016
Sustainable Cities and Structural Transformation

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2016-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2016), "Moçambique", in *African Economic Outlook 2016: Sustainable Cities and Structural Transformation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264248649-29-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.